

CONSIDERAÇÕES SOBRE PESQUISA EM PSICANÁLISE¹⁹

*Paulo Roberto Ceccarelli**

Gostaria de apresentar neste texto algumas reflexões que se acumularam ao longo dos anos, a partir da minha experiência como orientador e co-orientador de pesquisa tanto na graduação quanto na pós-graduação. Embora as questões que coloco não se pretendam exaustivas, espero contribuir um pouco para a polêmica discussão sobre a cientificidade da psicanálise e, por conseguinte, sobre a pesquisa em psicanálise.

Quando se pensa em fazer uma *Pesquisa*, a primeira coisa a ser elaborada é o *Projeto*. Através dele, a pesquisa toma forma, visibilidade e concretude. O projeto permite ao pesquisador transpor para o papel, dentro de certas normas de escrita, de espaço e de tempo, suas idéias e/ou suas hipóteses relativas ao tema a ser trabalhado. Isso significa que o *Projeto de Pesquisa* é o resultado de uma reflexão apresentada com a precisão e a coerência necessárias para que as ideias que nortearam a pesquisa estejam claras tanto para o pesquisador, quanto para aqueles/as que vão ler a projeto, e emitir a opinião ou o parecer: o professor(a), o a agência de fomento, o consultor *ad hoc*, o programa de quem se espera o reconhecimento da validade do projeto apresentado, visando, ou não, financiamento para a sua execução.

Dentre as diversas partes que compõem o *Projeto de Pesquisa*, a Metodologia é aquela que especifica, que esclarece, os procedimentos que o pesquisador utilizará para alcançar seus objetivos. Ou seja, a metodologia descreve a maneira, o método, a ser utilizado para que a pesquisa seja levada a cabo a contento: trata-se então de definir o método.

Método vem do latim tardio *MÉTHODOS*, palavra composta de *META* e *HODÓS*: "via, caminho", já indicando o sentido – a direção e o propósito – de uma investigação. Podemos dizer que ao falar de método estamos falando, implicitamente, de um caminho a seguir, a ser atravessado, para se chegar a um lugar que está, mais ou menos indicado, pelo ponto de partida no início da jornada. Entretanto, para atravessarmos o espaço entre o ponto de partida e o de chegada, devemos estar bem equipados, pois não podemos prever de antemão todos dos percalços e desditas que a empreitada nos reserva. Para não nos perdermos, precisamos ser “metódicos” – precisamos de método - para balizarmos bem o caminho: os instrumentos de pesquisa a serem utilizados; uma referência teórica precisa e coerente; os sujeitos que participarão da pesquisa, caso haja tal participação; os protocolos de

¹⁹ - Este texto faz parte do projeto de pesquisa *Perdas Mitológicas e Sofrimento Psíquico* que conta com uma Bolsa de Produtividade do CNPq (processo nº: 309881/2010-2).

pesquisa que, em alguns casos, devem ser avaliados por um comitê de ética oficialmente reconhecido, e assim por diante. Estamos, pois, no terreno da *METODOLOGIA*, palavra composta de *MÉTODOS* (caminho) + *LOGIA* (conhecimentos, saber): um conhecimento sobre o caminho a ser seguido. Não se trata, pois, de qualquer método, qualquer caminho, mas de um método que leva a um conhecimento; um método reconhecido pela comunidade científica; isto é, um "método lógico".

Evidentemente, não existe apenas uma metodologia universalmente aceita. Ao contrário, as metodologias variam segundo os métodos utilizados para que o objetivos propostos sejam alcançados. Muitas vezes, as metodologias usadas nas ciências humanas dificilmente conseguem dialogar com as das ciências exatas por possuírem protocolos que não se tangenciam.

Para problematizar o debate sobre a metodologia, temos, dentre outras, as conhecidas críticas de Karl Popper (1972, 1978) sobre o paradigma que se construiu, ao longo dos anos, sobre a confiabilidade do método hipotético-dedutivo, e as possibilidades de falsificá-lo, pois o conceito mesmo de ciência é criticável.

Temos igualmente as problematizações de Thomas Kuhn (2007): trabalhando com a noção de paradigma – conjunto de leis, de teorias e aplicações que modelam a investigação a ser realizada, ou seja, uma generalização que serve de guia à investigação – Kuhn nos mostra o quanto a comunidade científica está sujeita às regras e aos padrões de pesquisa. Constantemente, entretanto, a ciência tem que rever seus paradigmas, criar novas relações e fazer diferentes previsões. Embora não se discuta o valor dos paradigmas para o progresso da ciência, o autor mostra-nos que, finalmente, o paradigma restringe o campo de estudo, pois limita a parcela da realidade a ser pesquisada. Conseqüentemente, na melhor das hipóteses o paradigma apresenta soluções as quais jamais seriam alcançadas sem ele, fazendo com que a ciência se desenvolva com rapidez na direção previamente estabelecida. Por outro lado, o caminho assim perfilado afasta da investigação importantes questões que o paradigma não contempla.

Exemplo disso, aconteceu, há alguns anos, quando cientistas das Agências de Estudos Espaciais de vários países se viram frente a um problema que ainda continua sem solução: uma das dificuldades maiores na busca de vida extraterrena era o tipo de triagem a operar. Que parâmetros utilizar? Quais paradigmas seriam mais confiáveis para decifrar e compreender as centenas de milhares de informações que lhes são transmitidas pelos satélites cada vez mais sensíveis e pelos telescópios que veem cada vez mais longe, logo, mais no passado? Como decidir se uma informação recebida deve ser examinada com mais detalhes, ou, ao contrário, deve ser abandonada como sem interesse? Ainda mais vertiginoso: como detectar as informações recebidas se a noção mesmo de informação pode variar segundo as formas de vida que as emitem e os parâmetros utilizados? Como reconhecer informações emitidas a partir de outras noções de cientificidade baseadas metodologias para nós incompreensíveis? (Ceccarelli, 2010)

Paul Feyerabend radicaliza a discussão ao sustentar que nenhum método, por mais científico que pretenda ser, pode assegurar a existência de uma "verdade última". Em seu clássico *Contra o método*, Feyerabend (1975)

discorre sobre as mudanças paradigmáticas do copernicaníssimo, que traz a marca de Galileu – a retomada da teoria de Aristóteles sobre o movimento da Terra – e mostra que este episódio não trouxe nenhum avanço científico, e muito menos uma ampliação do que já se conhecia. O que ocorreu foi apenas um regresso a um modelo já existente, reapresentado de forma mais consistente, logo, mais convincente. Contra o falsificacionismo de Popper (1972, 1978) e as análises meta-históricas de Kuhn (2007), Feyerabend defende que para que uma teoria seja considerada "nova" basta que ela traga uma nova linguagem, uma nova forma, de observar um determinado fenômeno sem, necessariamente, trazer novos fatos ou, dito de outra forma, novas leituras do real.

O que está em jogo aqui é a cientificidade das metodologias vigentes. Os autores citados avaliam com mais reservas do que elogios as metodologias normativas positivistas e suas repercussões nas teorias científicas, ao mesmo tempo em que defendem o pluralismo metodológico. Para eles, importantes avanços do conhecimento não foram obtidos pelas metodologias normativas. Feyerabend (1975), por exemplo, utiliza-se das teorias sociais e da filosofia para defender suas hipóteses relativas a uma visão metodológica mais informal.

O que se depreende dito tudo, como escrevi em outro momento, é que

A verdade é uma invenção interpretativa, cujos conceitos são datados, e que dura até que outra verdade venha substituí-la. É este movimento transgressor que faz avançar a reflexão teórico-prática em todo e qualquer campo do conhecimento. Ademais, a transgressão tem uma dimensão ética relacionada à possibilidade de novas vias para outras verdades: é uma criação que marca a potencialidade de resistência à repetição do mesmo (...) a transgressão nos obriga a deixar o abrigo (seguro?) de uma verdade adquirida, que se manifesta como uma transferência passional a um pensamento, a uma teoria ou ainda a um poder idealizado. Uma tal situação produz uma negação de qualquer percepção ou pensamento que revelaria o caráter patológico da relação (Ceccarelli, 2009, 933).

No que diz respeito à psicanálise, as críticas a sua cientificidade datam do tempo de Freud, tanto por objeções epistemológicas e metodológicas, relativas à forma de obtenção de dados - associação livre, interpretação do analista -, quando pelo caráter especulativo das teorias que Freud foi construindo com os dados assim obtidos (Mezan, 2006; Dor, 1988, 1989).

Para Freud, o trabalho com seus pacientes era, ao mesmo tempo, terapêutico e investigação científica: "Na psicanálise tem existido desde o início um laço inseparável entre cura e pesquisa" (Freud, 1926, 291). As descobertas clínicas, feitas a partir da fala do cliente no divã, poderiam ser integradas a uma concepção geral da alma humana (*seelischer Apparat*). Com isso, Freud criou uma *psico-pato-logia* - um saber (*logos*) sobre as paixões (*pathos*) que dirigem a alma (*psique*) -, que permitiu a elaboração de um discurso sobre a dinâmica pulsional que nos constitui, e nos leva para onde não queremos ir: não somos senhores em nossa própria casa. Com tal procedimento, Freud parte da singularidade de cada análise, a universaliza para, em seguida, particularizá-la novamente em cada novo trabalho clínico.

Ao longo de sua obra, Freud, (1896, 1904, 1917, 1926) tentou responder

às inúmeras objeções e críticas que recebera sobre a passagem da clínica psicanalítica para uma teoria que a sustente. Nas primeiras linhas de *Pulsões e destinos da pulsão*, Freud (1915) deixa claro o que ele entende por procedimento científico. E em textos tais como *O método psicanalítico de Freud* (1904), e na conferência *Terapia analítica* (1917), Freud discorre sobre a diferença dos processos psíquicos presentes no trabalho analítico, daqueles observados na sugestão, instaurando, desta forma, o “método clínico”.

Mezan (2006) destaca três momentos importantes em relação às críticas ao método freudiano: a dos positivistas lógicos, encabeçadas por Ernest Nagel (1960); a de Karl Popper (1972, 1978), para quem a dificuldade de aceitar a psicanálise como ciência, está no fato dela não poder ser falsificada. Isto é, não poderíamos criar um experimento para refutar as determinações inconscientes propostas pela psicanálise a menos, é claro, que abandonássemos a noção de inconsciente. E por último, talvez a mais virulenta, a de Adolf Grünbaum (1996) professor da Universidade de Pittsburgh, cujas críticas receberam respostas em uma conferência pronunciada em 1986 por Robert Wallerstein, então presidente da IPA, intitulada *Psychoanalysis as a science: a response to new challenges*.

Existem diversas formas de investigação psicanalítica: pesquisa histórica, pesquisa conceitual, pesquisa clínica, por meio de entrevistas, mas não necessariamente clínicas, e assim por diante. Deve ficar claro, entretanto, a natureza do que está em jogo, pois pesquisar sobre um determinado tema ou sobre algo que já foi objeto de pesquisa, ainda que psicanalítico – histeria, angústia... –, não caracteriza uma pesquisa psicanalítica. Ademais, obras escritas por autores que não se consideram psicanalistas, muitas vezes ajudam-nos a entender os autores da psicanálise sem nada acrescentarem à psicanálise em si.

Nos últimos anos, temos observado na universidade, particularmente na pós-graduação, um número crescente de trabalhos que podem, a justo título, serem chamados de “pesquisa psicanalítica”. Prova disso, é que as Sociedades e Associações de psicanalistas reconhecem e utilizam as produções acadêmicas feitas por pesquisadores que não são psicanalistas. Tais pesquisas são reconhecidas, sobretudo, devido ao rigor exigido pela pesquisa acadêmica (Migliavacca, 2001).

Diferentemente de outras áreas do conhecimento, o objeto de pesquisa em psicanálise, a hipótese a ser verificada, não é algo que poderá ser trabalhado através de uma observação direta. Não faz sentido, dentro da visão psicanalítica, propor um experimento onde se fará uma observação de um determinado fenômeno para se comprovar a hipótese. Não podemos submeter alguém a uma experiência traumática para comprovar a veracidade da teoria do trauma. Tal procedimento é impensável, não apenas por óbvias razões éticas, mas por ser impossível prever a dinâmica psíquica responsável pela causalidade inconsciente. Tampouco podemos trabalhar com uma extensa pesquisa feita a partir de um questionário previamente elaborado o qual, após cuidadosa análise e comparação dos dados revelados dentre de critérios previamente estabelecidos, chegar-se-ia à uma conclusão que confirmaria, ou não, a hipótese enunciada.

O que marca a diferença em uma pesquisa psicanalítica é o objeto de pesquisa: para a psicanálise, o objeto de pesquisa é o inconsciente; melhor

dizendo, as manifestações do inconsciente. Estamos invocando aqui a noção de "realidade psíquica", dimensão nova e incompreensível para o método lógico que, em certa medida, equivale a realidade do mundo material, no sentido de que os fenômenos neuróticos existem devido à sua eficácia. Do ponto de vista da psicanálise, a realidade psíquica, ou o subjetivo, é o seu objeto de pesquisa, tendo o mesmo valor do objeto de pesquisa das ciências naturais. Muitas vezes, a realidade psíquica possui, na subjetividade de quem a anuncia, o mesmo estatuto que a realidade "objetiva".

Como sabemos, na clínica psicanalítica, o sintoma em si não é a questão central a ser analisada. O sintoma, como o próprio nome diz, é sintoma de algo; está no lugar de algo. Ele representa uma formação do inconsciente que traduz o conflito entre as demandas pulsionais e os mecanismos de defesa. O que interessa à psicanálise é a dinâmica psíquica que subjaz ao fenômeno observado. Ora, esta dinâmica não pode ser analisada pelo método lógico, pois ela é, por definição, inacessível à observação: o que se observa são as manifestações desta dinâmica. Ainda que se montem questionários, que se façam pesquisas com perguntas cuidadosamente escolhidas e previamente testadas, as respostas obtidas jamais serão *realmente* verificáveis por estarem subordinadas ao universo fantasmático de quem as enuncia. Este, por sua vez, é intimamente ligado aos conteúdos do recalcado próprio a cada ser humano: é no recalcado que se encontram a história das escolhas de objeto e a das vagabundagens da libido, assim como os caminhos do desejo em suas tentativas de realização alucinatória. Isso significa que por mais que o sujeito se esforce para responder "objetivamente", os recalcamientos presentes deste o início de sua vida, impedem o acesso aos cenários fantasmáticos que alicerçam aquilo que ele está nos comunicando.

Diante das considerações, observações e objeções feitas até aqui, uma reflexão se impõe: que sentido atribuir à metodologia, no sentido do "método lógico", quando se trata de psicanálise? Como fazer dialogar o método lógico com o método clínico? E, como consequência direta: qual é a especificidade de um projeto de pesquisa em psicanálise.

É exatamente por este viés que, por vezes, se travam debates calorosos junto às instituições fomentadoras de pesquisa. Para muitos consultores, fica difícil conceber uma pesquisa, em vista da elaboração de uma tese de mestrado e/ou doutorado, que será feita, por exemplo, a partir de a análise de um único sonho, cujos elementos constitutivos não poderiam ser reproduzidos experimentalmente, por estarem sujeitos a fatores impossíveis de serem avaliados, e muito menos controlados, como os efeitos dos movimentos transferenciais presentes nas formações oníricas.

No entanto, para a teoria psicanalítica, isso é perfeitamente concebível, como Freud bem o mostrou ao basear suas teorias - seja sobre a histeria, a fobia, a neurose obsessiva - em poucos, ou mesmo em apenas um, casos clínicos. Suas concepções sobre a paranóia, amplamente utilizadas em várias áreas do conhecimento, foram elaboradas a partir das *Memórias de um doente dos nervos* (Schreber, 1984), relato auto-biográfico de Daniel Paul Schreber presidente da Corte de Cassação.

O primeiro passo para a elaboração de um projeto de pesquisa é o tema da pesquisa. Na maioria das vezes, este tema vem de uma das várias

indagações que o pesquisador se faz ao longo de seu trabalho teórico-clínico. Neste momento o, futuro pesquisador, busca ajuda na teoria, o que pode até levar a um questionamento desta última. Muitas vezes, o trabalho da pesquisa é uma tentativa de resposta ao profundo desconforto entre o que a teoria diz, e aquilo que a clínica informa.

O que suscita a pesquisa é a aquilo que reativa, via transferência, complexos inconscientes recalçados. Trata-se do mesmo movimento psíquico que reteve Freud frente, dentre outros, ao Moises de Michelangelo, à Gradiva de Jensen, e à memória da infância de Da Vinci, e aos quais ele respondeu com uma produção teórica. O tema da pesquisa é aquilo que interperla o sujeito, e cuja origem ele desconhece; algo que o inquieta podendo provocar estranheza (*Unheimlich*), pois vindo de outro lugar ao mesmo tempo tão longe e tão familiar: o tema da (Suprimir o da) escolhido, sobretudo na área das humanas e em particular na psicanálise nunca é por acaso. Ele evoca uma dimensão particular e marca a singularidade da pesquisa: a subjetividade do pesquisador, e as respostas que ele procura dar frente a angústia suscitada pelo (re)encontro de suas produções inconscientes com o tema a ser pesquisado: o encontro com o objeto é, na realidade, um reencontro (Freud, 1905).

Em seu famoso *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud (1905) nos fala das raízes libidinais da nossa escolha profissional: de onde vem, na polimorfia da sexualidade infantil, a pulsão que, graças à sublimação, transforma uma moção pulsional perversa em produção intelectual que contribui ao trabalho da cultura (*Kulturarbeit*)? E em 1908, falando das teorias sexuais infantis, Freud diz que embora estas teorias contenham "equivos grotescos" elas tem algo de verdadeiro na medida em que se assemelham "às tentativas dos adultos, que consideramos geniais, para decifrar os problemas do universo, que são tão complexos para a compreensão humana" (Freud, 1908, 218).

Nesta perspectiva, as perguntas que sustentam a transferência ao tema da pesquisa são atualizações das tentativas infantis de busca de respostas frente às questões de origem. Evidentemente, esta dinâmica pulsional não esta (conscientemente) presente no pesquisador, a menos que a pesquisa seja, em si, um sintoma e não uma expressão sublimada da pulsão, embora na prática a participação destas duas dimensões seja inseparável: a análise da disposição artística "revela uma mescla, em diferentes proporções, de eficiência, perversão e neurose" (Freud, 1905, 245).

Quando a pesquisa é uma tentativa de lidar com questões internas, uma maneira de resolver teoricamente conflitos psíquicos não simbolizados, ela corre o risco de não acontecer, ou acontecer às custas de um grande sofrimento no pesquisador, a ponto de, em certos casos, um processo analítico ser recomendável.

Tais desdobramentos não devem, em absoluto, ser motivos para um recuo frente a empreitada por vir. Ao contrário, é a reunião de todos estes elementos que marca a originalidade da pesquisa, pois por mais que temas semelhantes sejam pesquisados, cada pesquisador o tratará a partir de seus elementos inconscientes que, sabemos, variam de um indivíduo a outro, posto que dependentes dos movimentos identificatórias constitutivos do Eu. Não é sem razão que se exige muito mais originalidade de uma pesquisa de

doutorado do que da de mestrado e menos ainda de uma monografia de graduação. Entretanto, do ponto de vista de quem está fazendo a pesquisa, a angústia é sempre grande, sobretudo pelas expectativas narcísicas, e fantasias de castração, que se expressam como sentimento de impotência (sobretudo nos homens), e de incapacidade de criação (mais comuns nas mulheres) provocados pela exposição em público da produção interna.

Se toda teoria contém, assim como as teorias sexuais infantis, elementos míticos (Freud, 1915), nenhuma resposta, por mais satisfatória que seja no momento em que é defendida, traduzirá uma leitura última e definitiva de real. Daí a necessidade de um tempo mais dilatado para que um tema seja aprofundado a fim de que as questões que norteiam a pesquisa possam ser, ainda que provisoriamente, melhor elaboradas.

É, então, a partir de elementos conscientes e inconscientes que é escolhido o tema da pesquisa. Este será levado para outro espaço, que é o acadêmico no qual, a partir do objetivo da pesquisa – monografia, grau de mestre, doutor, ou pós-doutor - ela seguirá os princípios que norteiam a pesquisa universitária que são muito diferentes dos movimentos da clínica. (Nesta última, não existe um ritmo e um tempo pré-determinados: é a transferência que dita a direção do tratamento.)

Finalmente, cabe lembrar que embora, em princípio, vários locais possam ser escolhidos para a realização do Projeto de Pesquisa, muitas vezes o que determinará a escolha será a existência de um orientador que se interesse pelo tema proposto. Pode acontecer, que na instituição selecionada não exista nenhum orientador interessado, ou capacitado, para acolher a pesquisa proposta, além de outras questões, de ordem transferenciais que não podem ser ignoradas entre orientador/orientando.

Como espero ter mostrado, todo projeto de pesquisa, e particularmente aqueles nos quais aspectos subjetivos do pesquisador são convocados, evidenciam elementos que vão muito além dos observáveis objetivamente. Tais elementos não podem ser ignorados, pois participam não apenas dos aspectos objetivos da pesquisa, como retratam componentes libidinais presentes nas determinações inconscientes do pesquisador.

REFERÊNCIAS

CECCARELLI, Paulo Roberto. Don Quixote e a transgressão do saber. In: **Revista Mal-estar e subjetividade** – vol. IX – No 3 – p. 879-899 – set/2009

_____. A nova ordem repressiva. In : **Psicologia Ciência e Profissão**, 2010, 30 (4), 738-751

DOR, Joël. **L'a-scientificité de la psychanalyse. Tome 1 : L'aliénation de la psychanalyse**. Paris: Editions Universitaires, 1988.

_____. **L'a-scientificité de la psychanalyse. Tome 2 : La paradoxalité instauratrice**. Paris: Editions Universitaires, 1989.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método: esboço de uma teoria anárquica do conhecimento**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2ªed, 1985.

GRÜNBAUM, Adolf. (1996). **Les fondements de la psychanalyse**. Paris: PUF.

FREUD, Sigmund. (1895) Uma réplica às críticas do meu artigo sobre neurose de angústia. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. III.

_____. (1904) O método psicanalítico de Freud. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. VII.

_____. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Edição Standard brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1972, v. VII.

_____. (1908) Sobre as teorias sexuais das crianças. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. IX.

_____. (1915) Reflexões para os tempos de guerra e morte. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XIV.

_____. (1917) Conf. XXVIII: Terapia analítica. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XV

_____. (1926) A questão da análise leiga. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XX.

KUHN, Thomas (1970). **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

MEZAN, Renato. Pesquisa em psicanálise: algumas reflexões. In: **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, 39(70): 227-241, jun. 2006.

MIGLIAVACCA, Eva Maria. A PSICANÁLISE E A UNIVERSIDADE: PESQUISA. *Psicol. USP* [online]. 2001, vol.12, n.2, pp. 119-123.

NAGEL, Ernest. (1960). Methodological issues in psychoanalytic theory. In S. Hook (Org.), **Psychoanalysis, scientific method and philosophy** (pp. 38-56). New York: Groove.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1972.

_____. **A lógica das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

SCHREBER, Daniel Paul. (1905). **Memórias de um doente de nervos**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.